

Práticas nominativas no extremo sul da América portuguesa: freguesia Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1839)

Núbia Parol

Universidade Federal do Paraná
Curitiba - Paraná - Brasil
nubiaparol@gmail.com

Resumo: A partir do levantamento sistemático de informações contidas em registros batismais da Paróquia Madre de Deus, em Porto Alegre (RS), no período de 1772 a 1839, foram identificados os antropônimos mais populares atribuídos aos recém-nascidos livres, forros e escravizados. Segundo embasamento teórico, os resultados obtidos durante a pesquisa mostraram-se semelhantes aos de outras regiões da América portuguesa no referido recorte cronológico. Nessa perspectiva, se nomes fossem eleitos meramente por acaso, a reiteração persistente de determinados antropônimos ao longo do tempo seria implausível. A atribuição de nomes à prole envolve questões de sociabilidades, tradição, poder e devoção. O favoritismo de prenomes específicos, vinculados à religiosidade, indica a existência de uma identidade cultural enraizada no catolicismo.

Palavras-chave: Práticas nominativas. Identidade cultural. Religiosidade. América portuguesa. Catolicismo.

Introdução

Nomear é um ato intrínseco ao homem. Todas as comunidades humanas se identificam mediante prenomes. Naturalmente, os significados simbólicos e as necessidades de nomeação se organizam conforme os parâmetros culturais de cada grupo. Deste modo, as práticas nominativas denotam sociabilidades, ruptura de tradições, continuidades e hierarquias.

Para Guérios (1981), os nomes podem ser influenciados por fatores políticos, históricos, literários e religiosos, transparecendo modismos populares. A escolha de um prenome para uma criança transcende a decisão do casal, envolvendo elementos complexos como tradições, crenças, costumes, sistema de parentesco, imposições da moda e interferências da Igreja e do Estado.

Prenomes não são eleitos apenas por questões relacionadas a significados expressivos ou beleza sonora. As práticas de nomeação tecem uma rede invisível de

simbolismos que sintetizam as relações humanas. É por intermédio dos prenomes que os indivíduos são lembrados, não só em vida, mas também após a morte. Ainda no presente, mas especialmente no passado, determinados nomes poderiam atribuir *status*, indicar inserção em uma linhagem poderosa ou revelar genealogias. Os prenomes identificam, distinguem, particularizam, configuram-se como componentes imprescindíveis na estruturação de identidade individual e coletiva.

Naturalmente, as práticas, os significados simbólicos e as necessidades de nomeação se constituem conforme os parâmetros culturais erigidos em confluência com as especificidades de cada grupo. De acordo com Lévi-Strauss (2011), os Sauke e os Osage, tribos indígenas assentadas na América do Norte, formam seus nomes individuais a partir da denominação de clãs. Os nomes próprios são constituídos a partir de um epônimo animal que representa a coletividade. São recorrentes denominações como: clã Urso, clã do Bisão, clã do Lobo, clã do Peru, clã do Peixe, entre outras. Para o etnógrafo, cada clã possui um conjunto de nomes cujo uso é reservado a seus membros e, da mesma forma que o indivíduo é uma parte do grupo, o nome individual é fragmento da denominação coletiva. Na América do Sul, existem recorrências do mesmo fenômeno, notadamente entre os Tupis Kawahib, cujos clãs possuem nomes próprios derivados de um epônimo. Também entre os Bororós, os nomes próprios parecem ser propriedade de certos clãs ou de linhagens poderosas. Aqueles que, para ter um nome, dependem da boa vontade de outros clãs, são tidos como “pobres” (LEVI-STRAUSS, 2011).

Não são apenas comunidades indígenas que criam sistemas hierarquizantes por meio das práticas nominativas. Segundo Lima (2007), prenomes podem indicar a manutenção de tradições e *status* sociais. A autora analisou a árvore genealógica de famílias pertencentes à elite lisbonense do século XXI e percebeu que, nestes núcleos, com o objetivo de preservar a linhagem, os nomes atribuídos aos homens se repetiam continuamente entre as gerações. Portanto, quando prevalece o sistema de homenagem, o prenome de batismo caracteriza-se como um bem simbólico vinculado ao patrimônio familiar, à localidade de origem e à memória.

Para Cuche (2002), a identidade cultural implica em escolhas conscientes que integram o indivíduo em determinado grupo social. Nessa perspectiva, o referido conceito distingue-se da noção de cultura. O autor define que a cultura pode existir sem a percepção identitária, estruturando-se inconscientemente. Em contrapartida, a identidade cultural

envolve escolhas necessariamente conscientes. Esse processo identitário está associado ao reconhecimento de características comuns ou à diferenciação. Em outras palavras, a construção da identidade cultural é uma experiência que distingue um grupo de outro, estabelecendo “fronteiras” por meio da acentuação de determinadas singularidades. Portanto, identidade cultural implica inclusão e exclusão, unindo e, concomitantemente, distanciando. É um fenômeno dinâmico e flexível em constante reformulação.

A identidade cultural está intrinsecamente relacionada ao sentimento de pertencimento. Conforme afirmado por Castells (2001, p. 22): “Entende-se, por identidade, a fonte de significado e experiência de um povo”. A construção identitária vincula-se aos simbolismos que estruturam os sentimentos de pertencimento a uma determinada religião, nacionalidade ou comunidade, enfatizando a percepção de alteridade e demarcando as singularidades do outro. As identidades culturais podem ser definidas como socialmente fechadas ou abertas. O primeiro conceito refere-se a grupos que não oferecem margens de escolhas aos seus integrantes. Em contrapartida, as identidades socialmente abertas permitem que o indivíduo, em certa medida, decida se deseja compartilhar os mesmos simbolismos ou não (SANTOS, 2011).

A construção da Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus, localizada em Porto Alegre (RS), teve início em 1780. A estrutura foi finalizada em 1793, ainda sem as torres. A paróquia do período colonial, caracterizada por elementos barrocos e do rococó, foi demolida em 1929 e posteriormente substituída por uma estrutura mais espaçosa. No entanto, desde 1772, antes do início da construção da Igreja, o pároco José Gomes de Faria ministrava sacramentos em um simples oratório devotado a São Francisco. No contexto do século XVIII, a edificação da Igreja visava atender à população açoriana que havia se estabelecido na região. Esse povoamento representava uma estratégia para assegurar a efetiva posse portuguesa, frequentemente ameaçada devido à presença espanhola em áreas fronteiriças (MACEDO, 1993).

Conforme Laura de Mello e Souza (1986, p. 97) o catolicismo difundido no período colonial era permeado pelo sincretismo, uma vez que: “Traços católicos, negros, indígenas e judaicos misturaram-se pois na colônia, tecendo uma religião sincrética e especificamente colonial”. A autora, baseando-se em registros como Devassas Eclesiásticas, Autos-de-Fé do Santo Ofício e processos oriundos de Visitações, analisou práticas religiosas e destacou a circularidade cultural existente no Brasil Colônia. Nesse contexto, as bolsas de mandinga,

objetos que simbolizavam poderes mágicos capazes de superar os mais diversos problemas, originários de práticas difundidas entre escravizados, foram remodeladas ao incorporarem crenças europeias e também indígenas. Assim, “toda a multiplicidade de tradições pagãs, africanas, indígenas, católicas, judaicas não pode ser compreendida como remanescente, como *sobrevivência*: era vivida, inseria-se, neste sentido, no cotidiano das populações. Era, portanto, *vivência*” (MELLO E SOUZA, 1986, p. 91).

Carlo Ginzburg (2001) esclareceu que ao longo da Idade Média houve uma eminente tensão entre o catolicismo institucional e as práticas populares, refletida na dualidade entre o “vivido e o transitório”, o “múltiplo e o uno”. Nesse contexto, o autor destacou a coexistência das línguas vulgares e o latim, além dos encontros e desencontros entre a superstição e a religião. O sincretismo do catolicismo praticado em Portugal era caracterizado pelo apego a imagens e figuras de santos, transcendendo o aspecto puramente espiritual (MELLO E SOUZA, 1986).

Segundo Le Goff (1976, p.71), o grau da história das mentalidades é delineado pelo mecanicismo cotidiano, o automático: “é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento, é o que César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum”. Ainda no século XX, legados e imbricações do catolicismo popular português na religiosidade brasileira se manifestaram nas célebres festas juninas, em homenagem a São João, e nas práticas messiânicas derivadas do sebastianismo, exemplificadas nos movimentos populares de Canudos e Contestado.

De acordo com as normas instituídas pela Igreja Católica, o primeiro sacramento, o batismo, tinha como objetivo primordial o perdão do pecado original. No entanto, como destacado por Semeão (2020), nos dois primeiros séculos da colonização no Brasil, o batismo adquiriu significados simbólicos distintos dos narrados pela instituição eclesiástica. Para determinados grupos indígenas e alguns padres, o sacramento era interpretado como instrumento de cura. Os povos nativos consideravam que o batismo em si era capaz de promover a reinstituição da saúde corpórea, enquanto os padres entendiam que a remoção das doenças ocorria como consequência do expurgo dos pecados. Por fim, determinados povos indígenas, durante o século XVI, interpretavam o batismo como um ritual mortífero e impediam os padres de aplicar o sacramento. Desse modo, havia a coexistência de

narrativas e simbolismos distintos atribuídos ao primeiro sacramento e que diferiam da interpretação eclesiástica oficial, assinalando uma prática religiosa sincrética.

Para a concretização dessa pesquisa, as fontes utilizadas foram registros batismais referentes à Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre no período de 1772 a 1839. Os registros de batismo oferecem inúmeras possibilidades de pesquisas, relacionadas, por exemplo, à História Social, à História Cultural e à História Demográfica. Por intermédio destes documentos, pode-se perceber características de estratos sociais, começando pela indicação da cor, de informações a respeito da posição hierárquica e assim por diante. Os registros paroquiais certificam os momentos mais importantes nas trajetórias dos indivíduos, ou seja, o nascimento, o casamento e a morte. Ainda nessa perspectiva, os assentos batismais "possibilitam penetrar em elementos ainda pouco conhecidos da História Social, Econômica e Administrativa; lançam luz, ademais, sobre aspectos da vivência cotidiana, hábitos, costumes e práticas das populações do passado brasileiro" (SILVA, 2008). Estes documentos contêm muitos detalhes que ampliam a visão do historiador para a reconstrução da história cultural e social das populações católicas.

Concernente às práticas nominativas desenvolvidas na Paróquia Madre de Deus, apesar das normas estabelecidas pela Igreja Católica, os pais desfrutavam de certa autonomia no momento de atribuir um prenome aos filhos. Afinal, embora os indicativos sejam modestos, o acervo onomástico não se limitava exclusivamente a prenomes religiosos. Entretanto, essa aparente flexibilidade dependia, em última instância, do padre. O pároco ditava se determinados nomes poderiam ser utilizados ou não, direcionando o percurso das práticas nominativas no referido contexto cronológico. Conforme o relato de Pietro Pianton, a ação sacerdotal interferia diretamente nas possibilidades de prenomes que seriam ou não atribuídos aos recém-nascidos:

O sacerdote deve tomar cuidado para que não seja imposto um nome próprio de pagãos, e que não seja encontrado no martirólogo. Em todos os tempos, a Igreja foi zelosa desse ponto, e dispomos de proibições absolutas desde o Concílio de Niceia [no ano 325], cânone 30. Nicéforo [Calisto Xantópulo], na Historia Eclesiástica, livro VI, capítulo 22, diz que os primeiros cristãos apreciavam assumir nomes dos apóstolos, e Dionísio Alexandrino em Eusébio, livro VII da Historia Eclesiástica, capítulo 25, afirma que, os nomes de Pedro, Paulo e João, eram especialmente adotados sobre todos os demais. Tais nomes também eram atribuídos às três crianças que, de acordo com as rubricas do antigo cerimonial de Beroldo, eram batizadas pelo arcebispo de Milão na época da Páscoa. Na França, houve uma devoção especial pelo nome do apóstolo São Filipe, e lá se apreciava particularmente apropriar-se desse nome. Depois dos nomes dos apóstolos, entretanto, houve um grande apreço aos nomes dos mártires: assim, João

Crisóstomo não deixou de fazer grandes recomendações aos seus diocesanos, elogiando muito os cidadãos de Antióquia, que na maioria das vezes adotaram o nome de São Melécio, bispo daquela cidade. Se os parentes do batismo quisessem dar um nome profano, o ritual romano ensina que o sacerdote poderá concordar com isso somente quando necessário para a transmissão hereditária; mas será seu dever acrescentar outro nome de algum santo registrado no martirologio (PIANTON, 1854, v. 1, p. 697).

Segundo Castagna (2020), as normas batismais foram definidas por parâmetros homogêneos após o Concílio de Trento (1545-1563). Nesse sentido, as Constituições do Arcebispado de Lisboa (1588, f. 3r, título I, constituição 1) e as Constituições Primeyras do Arcebispado da Bahia (1719, p. 16, livro I, título XI, § 36), instituíram regras para as dioceses situadas no Brasil, vigentes até 1892, determinando que os recém-nascidos deveriam receber o sacramento do batismo dentro de oito dias após o parto, sob pena de os pais estarem sujeitos ao pagamento de multas.

No entanto, nem todos os bebês eram batizados dentro do prazo estipulado, embora a maioria dos pais seguissem as determinações. Na Paróquia do Rio Grande, no final do século XVIII e início do XIX, aproximadamente 83% dos batismos ocorriam antes do primeiro mês de vida da criança (NADALIN, 2004). Em Curitiba, durante o século XVIII, a maioria dos recém-nascidos era batizada nos primeiros dias de vida. Todavia, ao longo do século XIX, o número de crianças batizadas com um ano ou mais de idade aumentou (CHAGAS; NADALIN, 2008). As Constituições também designavam que o pároco, “não consentirá que se lhe ponha nome de santo que não seja canonizado ou beatificado” (CONSTITUIÇÕES, 1719, p. 18, liv. I, tit. XII, § 41).

Apesar das definições estabelecidas pelas Constituições e da intervenção dos párocos durante o batismo, no acervo onomástico da Paróquia Madre de Deus, foi identificada a presença de nomes incomuns, frequentemente atribuídos a apenas uma criança. Por exemplo, entre 1780 e 1785, uma menina livre recebeu o nome "Hipólita". Este antropônimo refere-se à rainha das Amazonas, uma figura da mitologia grega. Entre 1825-1829, duas garotas foram batizadas com o antropônimo “Nífa”, que também remete à mitologia grega. Da mesma forma, entre 1800 e 1804, um menino livre foi chamado de "Saturnino", um nome de origem latina que evoca o deus da agricultura na mitologia romana. Além disso, tanto um recém-nascido livre quanto um escravizado foram batizados com o nome "Judas". Embora este prenome pertença ao contexto cristão, ele carrega a conotação de traição devido à figura bíblica associada a ele.

A análise do estoque onomástico da Paróquia Nossa Senhora da Madre de Deus indica que a identidade cultural não é homogênea, mas fragmentada e contornada por nuances diversas, das quais é possível assinalar a predominância de nomes de origem cristã, sobretudo pertencentes ao Novo Testamento. No entanto, nomes oriundos do Antigo Testamento também se sobressaem. Em determinados casos, embora menos frequentes, de forma pulverizada, nomeando uma ou duas crianças, antropônimos originais, muitas vezes desvinculados das raízes cristãs, refletem as tramas subterrâneas da subjetividade que escapam da ortodoxia e que também compõem o panorama da identidade cultural.

No que se refere à resistência e preservação de tradições por intermédio das práticas nominativas, os primeiros imigrantes germânicos, pertencentes à Comunidade Luterana de Curitiba – entre os anos de 1866 e 1894 – utilizaram predominantemente antropônimos de origem alemã para batizar os rebentos, denotando identidade cultural socialmente fechada, no que diz respeito aos hábitos onomásticos brasileiros, além da preservação de simbolismos vinculados à cultura de origem (MERCER; NADALIN, 2008).

O nome não só identifica, mas também atribui individualidade, fortalece ou rompe laços com o grupo de origem, demarca gênero e assinala distinção étnica ou tradição. Nomes podem indicar diferenças simbólicas e culturais, servindo para delinear fronteiras, alteridade e o outro. A construção da identidade cultural, a partir das práticas nominativas, era permeada por relações de poder que impactavam diretamente as vidas dos indivíduos, subtraindo ou multiplicando as possibilidades de escolhas na pia batismal.

O método de análise comparativa dos prenomes

Por intermédio da análise comparativa entre os prenomes atribuídos aos recém-nascidos livres, forros e escravizados, batizados na Paróquia Madre de Deus, em Porto Alegre (RS), no período de 1772 a 1839, contatou-se a recorrência de padrões onomásticos¹ vinculados à religiosidade. A metodologia que norteou a presente investigação consistiu em assinalar as convergências e divergências onomásticas entre os referidos grupos sociais.

¹ Por razões metodológicas, a pesquisadora definiu como "preferidos" os cinco nomes mais frequentemente atribuídos a recém-nascidos no período cronológico proposto (1772-1839). Todos esses nomes, sem exceção, estão relacionados a personagens vinculados ao cristianismo, designando os referidos "padrões onomásticos". Este tópico será abordado com mais detalhes no subtópico subsequente.

Segundo Ginzburg (1989, p. 175) a história quantitativa, embasada em elementos seriais, pode gerar uma história social homogeneizada. Nessa perspectiva, o autor aponta que o âmbito investigativo, a partir dos nomes individuais, proporciona um panorama de singularidades que: “compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. Desse modo, o denominado “método onomástico”, dialoga com abordagens oriundas da microanálise em consonância com as metodologias quantitativas. Amorim (1983, p.213) apontou que as análises demográficas, apesar da ênfase atribuída aos números, obrigatoriamente deparam-se com o antropônimo recebido no batismo que:

(...) podia ter relação com os nomes próprios dos pais, avós ou outros familiares, com os nomes dos padrinhos, com os oragos das paróquias, com pontos altos do culto de determinados santos, mas tinha muito a ver com modas que se localizam perfeitamente no tempo e que ultrapassam as fronteiras das paróquias, mesmo as mais isoladas.

No âmbito desta pesquisa, a etimologia dos nomes próprios, tanto femininos quanto masculinos, foi classificada em quatro categorias principais: nomes de origem bíblica, nomes derivados de santos católicos, nomes seculares e variantes. O primeiro grupo abrange os prenomes encontrados nas Escrituras cristãs. A segunda categoria engloba os nomes associados a indivíduos canonizados ou beatificados pela Igreja Católica, embora não mencionados nas escrituras. Em seguida, os nomes seculares, menos comuns, são caracterizados por sua originalidade e ausência de conexão com etimologias religiosas. Por fim, as variantes consistem em nomes bíblicos e católicos, tanto femininos quanto masculinos. Por exemplo, "Rafaela" é uma variante de "Rafael", um nome de origem bíblica, enquanto "Raimunda" é uma variação de "Raimundo", nome associado a um santo.

No que diz respeito à população livre, o recorte cronológico foi dividido em dois intervalos distintos: 1772-1799 e 1800-1839. Durante o primeiro período, foram compilados 3.189 assentamentos de batismo, enquanto o segundo intervalo abarcou 10.387 registros. Em relação aos libertos, foram examinados 2.415 registros no século XVIII. O período seguinte se estendeu até 1834, mas os dados referentes ao quinquênio 1805-1809 não foram localizados, portanto, não estão incluídos no total dos 8.700 registros paroquiais examinados.

Por fim, no que concerne aos escravos, o recorte temporal incluiu os anos de 1772-1799 e 1800-1819, com 2.220 e 2.102 assentamentos, respectivamente. Para conduzir esta

pesquisa e iniciar a análise dos dados, foi realizado um meticuloso processo de levantamento dos nomes próprios. Inicialmente, os antropônimos foram agrupados em intervalos de cinco anos e, posteriormente, essa catalogação foi expandida para abranger décadas completas. Por fim, os nomes mais frequentes foram organizados em tabelas para facilitar a análise e interpretação dos resultados.

Como mencionado anteriormente, as fontes utilizadas para a concretização dessa pesquisa foram registros de batismos referentes à Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre. Essa freguesia foi escolhida por pesquisadores vinculados ao projeto: “Além do Centro Sul: por uma História da População Colonial nos Extremos dos domínios portugueses na América”. Os nomes de batismos não foram listados diretamente da documentação, mas de arrolamentos realizados por meio da “indexação dos dados” no software NACAOB (Nascimentos, Casamentos e Óbitos), idealizado por Ana Silvia Volpi Scott e Dário Scott.

Por razões metodológicas, optou-se por analisar apenas as práticas ligadas aos nomes próprios, uma vez que os sobrenomes incorporam uma diversidade de fontes além dos registros batismais. No Brasil, durante o período colonial, de modo semelhante a Portugal, no momento do batismo, o indivíduo recebia o antropônimo sem a adição do sobrenome. Na ocasião do casamento, o nome era complementado, e para os solteiros, o sobrenome era acrescentado após alcançarem independência econômica (AMORIM, 1983). Ainda sobre o sistema de atribuição de apelidos em Portugal, que influenciaram diretamente as práticas nos territórios coloniais, Monteiro (2008, p. 47) assinala:

Na verdade, não vigorando em Portugal quaisquer normas legais sobre o assunto, o apelido ou conjugação de apelidos mais importantes eram em regra, até ao século XIX, os primeiros que se usavam depois do nome próprio, deixando-se frequentemente cair os restantes. O primeiro apelido era geralmente o paterno, embora se pudessem escolher livremente de entre os usados pelos pais ou pelos quatro avós, sendo frequentes os casos de irmãos que não usavam o mesmo apelido.

Desse modo, os registros batismais contêm o nome próprio dos nascituros, enquanto os sobrenomes surgem associados aos antropônimos posteriormente, nos registros de casamentos ou óbitos. O domínio do catolicismo no Brasil como religião oficial perdurou até 1889, com a proclamação da República. Antes do Estado laico, a Igreja Católica era a responsável pela categorização dos eventos fundamentais das vidas dos devotos. Desde a instauração da Contrarreforma na Europa, a Igreja estabeleceu métodos de distinguir e controlar os fiéis. Assim sendo, o Concílio de Trento (1545-1563) tornou a prática de

registrar batismos, casamentos e sepultamentos, obrigatória para todos os católicos (MARCÍLIO, 2004). Por conseguinte, as Constituições do Arcebispado da Bahia (1707), que objetivavam a organização da Igreja na América portuguesa, buscavam regimentar as atas de batismo a partir dos seguintes parâmetros:

Aos tantos de tal mês e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o Padre N. ou em tal Igreja, a N filho de N, e de sua mulher N. e lhe pus os santos óleos: foram padrinhos N. e N. casados, viúvos ou solteiros, fregueses de tal Igreja e moradores de tal parte (...) devendo ser seguido da assinatura do pároco ou sacerdote, e a recomendação de que tal registro seja feito antes do pároco deixar o espaço da Igreja (CONSTITUIÇÕES PRIMEYRAS, Livro Primeiro, Título XX).

Os registros batismais, embora regidos por padrões fixos definidos pelas Constituições do Arcebispado da Bahia, constituem um campo investigativo fértil no âmbito das práticas nominativas. Nesse sentido, a metodologia da História Comparada, desenvolvida no início do século XX e fundamentada nas contribuições teóricas de Marc Bloch (1928; 1930), orientou a presente pesquisa. O primeiro pressuposto de uma abordagem comparativa consiste na delimitação, por parte do historiador, de um campo específico para observação. A comparação, como ferramenta metodológica, implica na iluminação de um objeto ou situação por meio de outro, permitindo a identificação de semelhanças, analogias e diferenças entre duas realidades. Bloch (1928) ressaltou que a História Comparada requer similaridade entre os fatos, enquanto reconhece as dessemelhanças nos espaços onde tais similitudes se reproduzem. Nessa perspectiva, a similaridade e a distinção compõem um panorama dinâmico. No âmbito do comparatismo histórico, é viável estabelecer paralelos entre duas sociedades distantes no tempo como campo de observação. No entanto, é crucial considerar diversos riscos, como o anacronismo. Bloch esclareceu que comparar sociedades contíguas, sincrônicas no espaço-tempo, permite ao historiador captar influências mútuas para delimitar as diferenças e semelhanças. Nesse sentido, o historiador complementa:

Estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum (BLOCH, 1928, p. 19).

A História Comparada oferece uma perspectiva sobre a identidade cultural, evidenciando sua fundamentação nos preceitos do catolicismo por meio das práticas

nominativas. No século XVIII, apesar do distanciamento geográfico que separava Porto Alegre de Belém do Pará, os prenomes mais usuais entre meninas e meninos nascidos livres foram Maria e José (PAROL, 2015). Na mesma direção, na paróquia de Poiares, localizada em Portugal durante o século XVIII, o nome preferido para as recém-nascidas foi Maria. Segundo Amorim (1983), uma das razões que explicam o favoritismo desse antropônimo é a atribuição sistemática do nome às filhas primogênitais dos casais. Em caso de falecimento da criança, a filha subsequente recebia o mesmo antenome. Sob essa perspectiva, a análise comparativa das práticas nominativas em sociedades sincrônicas revela padrões específicos que se repetem, apesar do distanciamento geográfico.

Nomes de batismo na Paróquia Nossa Senhora da Madre de Deus (1772-1839)

Na Paróquia Madre de Deus, em Porto Alegre, foram registrados 29.013 assentamentos de batismos entre 1772 e 1839, abrangendo recém-nascidos livres, alforriados e escravizados. Deste total, 46,7% correspondem a crianças livres, 38,3% a alforriadas e 15% a escravizadas.

As tabelas a seguir apresentam os nomes mais comuns entre as crianças livres, alforriadas e escravizadas batizadas na Paróquia Madre de Deus. Metodologicamente, optou-se por considerar os cinco prenomes com maior incidência entre os recém-nascidos como os favoritos. O subtotal indica a porcentagem das crianças que receberam os antropônimos mais comuns. Em seguida, a categoria total mostra a quantidade absoluta de crianças batizadas no período.

Tabela 1: Prenomes preferidos, Porto Alegre. Livres, séculos XVIII e XIX

Gênero	Meninos livres		Meninas livres	
Paróquia	PERÍODO 1772-99	PERÍODO 1800-39	PERÍODO 1772-99	PERÍODO 1800-39
MADRE DE DEUS	José 12,7%	José 13,5%	Maria 16,9%	Maria 20,9%
	Manoel 11,6%	João 11,7%	Ana 11,5%	Ana 5,8%
	Antônio 9,3%	Antônio 10,8%	Joaquina 5,2%	Francisca 4,4%
	João 8,7%	Manoel 10,6%	Francisca 3,3%	Rita 3,8%
	Francisco 6,4%	Francisco 6,7%	Inácia 2,6%	Joaquina 3,7%
Subtotal	792 / 48,7%	2.831 / 53,6%	617 / 39,5%	1.955 / 38,6%
Total	1.627	5.335	1.562	5.052

Fonte: Arquivo da Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre.

Tabela 2: Prenomes preferidos, Porto Alegre. Alforriados, séculos XVIII e XIX

Gênero	Meninos alforriados		Meninas alforriadas	
Paróquia	PERÍODO 1772-99	PERÍODO 1800-34	PERÍODO 1772-99	PERÍODO 1800-34
MADRE DE DEUS	José 15,9% Manoel 11,6% João 9,6% Antônio 8,8% Francisco 6,9%	José 16,4% João 13,6% Antônio 13,1% Manoel 12,6% Francisco 7,8%	Maria 13,7% Ana 12,6% Joaquina 5,5% Francisca 3,8% Inácia 2,7%	Maria 25,3% Ana 6,9% Francisca 5,2% Rita 4,6% Joaquina 4,2%
Subtotal	623/52,8%	2.822/ 63,5%	467/38,3%	1.968/46,2%
Total	1.197	4.441	1.218	4.259

Fonte: Arquivo da Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre.

Tabela 3: Prenomes preferidos, Porto Alegre. Escravizados, séculos XVIII e XIX

Gênero	Meninos escravizados		Meninas escravizadas	
Paróquia	PERÍODO 1772-99	PERÍODO 1800-19	PERÍODO 1772-99	PERÍODO 1800-19
MADRE DE DEUS	Manoel 11,4% Antônio 8,5% José 8,2% Francisco 5,6% Joaquim 3,7%	Manoel 10,6% João 7,9% José 5,8% Joaquim 4,8% Francisco 4,6%	Maria 13,8% Ana 7,6% Joaquina 4,6% Rosa 3,3% Joana 2,5%	Maria 15,3% Eva 7,7% Ana 4,7% Joaquina 2,9% Rita 2,9%
Subtotal	408/ 37,4%	354/33,7%	360/31,8%	353/ 33,5%
Total	1.089	1.050	1.131	1.052

Fonte: Arquivo da Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre.

No que diz respeito aos nomes dos meninos livres e forros (Tabelas 1 e 2), ao longo dos séculos XVIII e XIX, os prenomes mais usuais foram: José, Manoel, Antônio, João e Francisco. O primeiro nome, de origem bíblica pertencente ao Novo Testamento, caracteriza o pai de Jesus, personagem de extrema relevância para a cristandade. Subsequentemente, Manoel, variação gráfica do prenome Emanuel, corresponde à seguinte passagem da Bíblia: “A virgem ficará grávida e dará à luz um filho, e o chamarão Emanuel, que significa Deus conosco” (Mateus 1:23). O nome latino Antônio intitula um santo conhecido por Antônio de Lisboa, ou de Pádua. Francisco não é um nome bíblico, mas denomina o frade São Francisco de Assis, venerado assiduamente pela Igreja Católica. Por fim, o prenome João é bíblico e pode referir-se a João Batista, profeta primo de Jesus, ou a João Evangelista, um dos doze apóstolos. A escolha de nomes masculinos entre livres e alforriados revelou um padrão de conservadorismo marcante. Durante o período que

abrangeu mais de meio século, observou-se uma notável imobilidade na preferência por determinados nomes, havendo mudanças mínimas apenas na ordem de popularidade.

No século XVIII, conforme os registros de batismos da Paróquia Nossa Senhora da Luz, em Curitiba, os cinco nomes masculinos prediletos foram os mesmos que os eleitos para os recém-nascidos livres e forros porto-alegrenses (MONTEIRO, 2009). Em Minas Gerais, na Freguesia São José do Rei, entre 1751-1890, o favoritismo dos prenomes religiosos foi idêntico ao das cidades referidas anteriormente (LIBBY; FRANK, 2015). Em Belém do Pará, no século XIX, os antropônimos eleitos pelos genitores de meninos livres foram os mesmos que em Porto Alegre, Curitiba e São José do Rei (PAROL, 2015). Robert Rowland (2008) analisou processos da Inquisição Católica e róis de confessados entre os séculos XVI e XVIII em Portugal, e obteve resultados semelhantes aos dos nomes mais comuns nas cidades mencionadas. No entanto, a documentação cotejada pelo autor contempla indivíduos maduros e, desse modo, o propósito de suas fontes é distinto, se comparado com atas de batismo. Nessas circunstâncias, não é possível afirmar que as pessoas permaneciam com os mesmos nomes ao se tornarem adultas.

No que diz respeito à população escravizada de Porto Alegre durante o século XVIII (Tabela 3), a única diferença em relação aos favoritismos dos forros e livres foi a substituição do nome João, que passou para a 6ª colocação, por Joaquim, também de origem bíblica e reverenciado pela cristandade por ser o pai de Maria. Na centúria seguinte, novamente entre os cativos, Antônio caiu para a 6ª posição, enquanto João se estabeleceu entre os nomes mais usuais e Joaquim manteve-se entre os prediletos.

Os prenomes femininos mais populares, no final do século XVIII, entre as meninas livres e forras, foram: Maria, Ana, Joaquina, Francisca e Inácia. O primeiro antropônimo remete à imagem da mãe de Jesus. Em seguida, Ana intitulava a avó materna do líder religioso. Joaquina, variante feminina do nome bíblico Joaquim, provavelmente se relaciona à imagem de São Joaquim. O nome Francisca, versão feminina de *Franciscus*, pode estar vinculado à figura do próprio Francisco de Assis ou da santa Francisca Romana. Por fim, Inácia, variação feminina de Inácio, não é um nome originário da Bíblia e não corresponde a nenhuma santa; provavelmente, relaciona-se ao santo Inácio de Loyola.

No século XIX, o antropônimo Inácia foi substituído por Rita. Desconsiderando a santa Rita Dolores e a beata Rita Amada de Jesus, devido à contemporaneidade de seus respectivos nascimentos em meados do século XIX, é possível que santa Rita de Cássia tenha

influenciado os genitores no momento do batismo, afinal, apesar da canonização tardia, a devoção dos fiéis não depende da formalização da santificação. Ainda sobre os nomes mais usuais na Freguesia de São José do Rei (MG), os antropônimos prediletos foram os mesmos que os eleitos para as meninas livres e forras porto-alegrenses no século XIX.

Concernente aos nomes favoritos entre as recém-nascidas escravizadas nos séculos XVIII e XIX (Tabela 3), é possível apontar diferenças significativas em relação às escolhas dos dois grupos explanados anteriormente. Na primeira centúria, as discrepâncias se circunscreveram nos prenomes Rosa e Joana. Rosa, nome de origem germânica, denomina a primeira santa católica nascida na América. Joana, variante feminina de João, possivelmente vincula-se aos dois personagens bíblicos citados anteriormente. O nome Joana também aparece no Novo Testamento. No trecho citado por Lucas (8,1-3), Joana é mencionada como uma das mulheres que acompanhou Jesus e os apóstolos durante a pregação. No século subsequente, Joana mudou para a 6ª colocação e Rosa despencou para a 16ª posição. Em contrapartida, Eva e Rita obtiveram maiores índices de popularidade.

Conforme a Tabela 3, observa-se que o nome Eva figurou como o segundo mais comum entre as meninas escravizadas, perdendo apenas para Maria. Em um período de 39 anos, esse nome foi atribuído a apenas 12 recém-nascidas livres, representando meramente 0,2% do total de antropônimos. No caso das alforriadas, durante o mesmo intervalo, apenas dez recém-nascidas receberam esse nome, também representando 0,2% do total. Na Paróquia de São José, em Minas Gerais, entre os anos de 1753 e 1859, o nome Eva não foi amplamente utilizado, perfazendo somente 2,3% do acervo onomástico das meninas escravizadas (LIBBY; FRANK, 2015). Em Belém do Pará, no período de 1810 a 1874, apenas duas recém-nascidas escravas foram batizadas com o nome Eva (PAROL, 2015). Assim, contrastando com a preferência observada na Freguesia de São José e em Belém do Pará, constata-se uma tendência oposta entre as garotas cativas de Porto Alegre.

Em Gênesis, Eva experimentou o fruto proibido, levando Adão a cometer o mesmo erro. No imaginário da cristandade, a personagem é considerada ativa apenas quando influencia negativamente o companheiro. Assim, mesmo sendo um nome bíblico, o antropônimo está associado a uma imagem pejorativa. Dessa forma, é possível sugerir que entre a população feminina escravizada porto-alegrense havia menor adesão ao estoque onomástico utilizado pelos livres, evidenciando a função inclusiva e exclusiva das práticas nominativas na construção consciente de fronteiras simbólicas.

O embasamento religioso esteve presente entre os nomes favoritos eleitos pelos pais e padrinhos dos recém-nascidos porto-alegrenses, independente das condições jurídicas. É possível apontar a recorrência absoluta dos nomes Manuel, José, João, Antônio e Francisco na cidade de Curitiba (PR) durante o século XVIII, em Belém do Pará no XIX, Porto Alegre (RS) e São José do Rei (MG) entre XVIII e XIX. A repetição destes prenomes, vinculados a uma origem religiosa, em espaços distantes geograficamente, assinala a existência de uma identidade cultural comum relacionada à devoção.

Os dados também sugerem a rigidez das práticas nominativas e o conservadorismo. Nos séculos XVIII e XIX, a prevalência do prenome Joaquim entre os cativos se destacou como uma diferença em relação aos livres e forros. No entanto, apesar dessas discrepâncias, Joaquim é um antropônimo de etimologia religiosa e, portanto, não foge ao padrão estabelecido. Em outras palavras, os nomes mais utilizados pelos meninos estão enraizados na tradição cristã.

No que diz respeito às recém-nascidas, entre os séculos XVIII e XIX, as preferências onomásticas das meninas forras e livres apresentaram pouquíssimas alterações, sendo apenas o nome Inácia substituído por Rita. Em relação aos antropônimos favoritos atribuídos às escravas no século XVIII, Rosa e Joana divergiram dos padrões eleitos pelos grupos mencionados anteriormente. Na centúria posterior, Eva se destacou em comparação aos nomes usados pelas outras categorias. Este foi o único prenome feminino oriundo do Antigo Testamento a desfrutar de relevância estatisticamente significativa. É possível sugerir que, entre as recém-nascidas escravizadas, devido ao distanciamento em relação às tradições valorizadas pela população livre, havia maior flexibilidade no momento de atribuir um antropônimo.

Ainda, comparando os prenomes dos meninos e meninas cativas, a versatilidade no momento de atribuir nomes às recém-nascidas foi maior. Nessa perspectiva, a dicotomia entre tradição e modernidade pode ser vislumbrada nos cotejamentos dos antropônimos de ambos os gêneros, uma vez que, possivelmente, os pais usufruíam de maior liberdade para nomear as garotas. O estigma de inferioridade conferido às mulheres poderia gerar maior flexibilidade aos genitores no momento de atribuir nomes originais para as recém-nascidas (SCHNAPPER, 1984).

As práticas nominativas desenvolvidas na freguesia Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre revelaram a existência de uma identidade cultural fundamentada na

religiosidade cristã, uma vez que os nomes mais populares eram frequentemente de origem bíblica ou associados a santos. A análise do acervo onomástico também sugeriu que os nomes masculinos apresentavam maior inflexibilidade em comparação aos nomes femininos, enquanto os antropônimos atribuídos às recém-nascidas escravizadas demonstraram maior mobilidade. A investigação das práticas nominativas ao longo do tempo oferece uma perspectiva significativa sobre a dinâmica social, evidenciando a influência da religião e das tendências culturais na seleção dos nomes em diversos contextos históricos.

Considerações finais

Independente da condição jurídica do recém-nascido, os nomes prediletos entre meninos e meninas porto-alegrenses possuem o denominador comum do embasamento religioso. A recorrência dos antenomes favoritos vinculados ao cristianismo não se limitou a Porto Alegre (RS). Apesar do distanciamento geográfico, Belém do Pará, Curitiba (PR) e São José do Rei (MG), em períodos cronológicos relativamente aproximados, também demonstraram pouco interesse em relação aos nomes masculinos de origem secular. Entre os meninos escravizados nascidos na capital do Rio Grande do Sul, o nome Joaquim se distanciou das preferências nominativas de livres e forros. Ao que parece, os genitores das crianças escravizadas possuíam mais flexibilidade no momento de atribuir um nome. Entre as meninas cativas, a versatilidade no momento de eleger um prenome na pia batismal demonstrou-se ainda maior, principalmente no que tange a predileção pelo antropônimo Eva. Nesse sentido, as práticas nominativas estabelecem fronteiras simbólicas que acentuam alteridades.

As práticas nominativas podem traduzir simbolismos importantes de uma coletividade. A vinculação persistente dos antropônimos mais populares a raízes religiosas sugere a existência de uma identidade cultural. É impossível presumir até que ponto a escolha dos nomes associados ao cristianismo partia dos fiéis. Afinal, o poder dos párocos no momento do batismo era considerável. No entanto, a proporção do sentimento religioso era significativa nos períodos averiguados. Possivelmente, muitos genitores desejavam batizar os filhos com nomes relacionados ao cristianismo, independente da ação dos padres. Chamar-se Maria poderia significar um elo espiritual, um bem simbólico dotado de força e

proteção. Por outro lado, uma vez que a escolha do prenome está relacionada com a identificação do indivíduo, denominar-se Maria no século XVIII ou XIX não traduz obrigatoriamente devoção, pode indicar unicamente preferência dos genitores por um nome comum, ou da moda. Ainda, o prenome concedido na pia batismal pode expressar uma homenagem a algum familiar ou simplesmente corresponder ao santo vinculado ao dia do nascimento da criança.

NOMINATIVE PRACTICES IN THE FAR SOUTH OF PORTUGUESE AMERICA: NOSSA SENHORA DA MADRE DE DEUS DE PORTO ALEGRE PARISH (1772-1839)

Abstract: From the systematic collection of information contained in baptismal records of the Mother of God Parish, in Porto Alegre (RS), from 1772 to 1839, the most popular given names attributed to newborns, whether free, freed, or enslaved, were identified. According to theoretical foundation, the results obtained during the research proved to be similar to those of other regions of Portuguese America within the aforementioned chronological scope. In this perspective, if names were chosen merely by chance, the persistent repetition of certain given names over time would be implausible. The attribution of names to offspring involves issues of socialization, tradition, power, and devotion. The favoritism of specific given names, linked to religiosity, indicates the existence of a cultural identity rooted in Catholicism.

Keywords: Naming practices. Cultural identity. Religiosity. Portuguese America. Catholicism.

PRÁCTICAS NOMINATIVAS EN EL EXTREMO SUR DE LA AMÉRICA PORTUGUESA: LA PARROQUIA DE NOSSA SENHORA DA MADRE DE DEUS DE PORTO ALEGRE (1772-1839)

Resumen: A partir del levantamiento sistemático de información contenida en registros bautismales de la Parroquia Madre de Dios, en Porto Alegre (RS), en el período de 1772 a 1839, se identificaron los antropónimos más populares atribuidos a los recién nacidos libres, libertos y esclavizados. Según el fundamento teórico, los resultados obtenidos durante la investigación resultaron ser similares a los de otras regiones de América portuguesa en el mencionado recorte cronológico. Desde esta perspectiva, si los nombres fueran elegidos meramente al azar, la persistente repetición de ciertos antropónimos a lo largo del tiempo sería improbable. La atribución de nombres a la descendencia implica cuestiones de sociabilidad, tradición, poder y devoción. El favoritismo de nombres específicos, vinculados a la religiosidad, indica la existencia de una identidad cultural arraigada en el catolicismo.

Palabras clave: Prácticas nominativas. Identidad cultural. Religiosidad. América portuguesa. Catolicismo.

Referências

AMORIM, Norberta. Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580- 1820). *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, v. XXXIV, p. 213-279, 1983.

BÍBLIA, Antigo e Novo Testamentos. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de Fernando. 3ª Edição. São Paulo - SP: Editora NVI, 2023.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Revue de Synthèse Historique**. 6: 15-50, 1928.

BLOCH, Marc. Comparaison. **Bulletin du Centre International de Synthèse**. n.º 9, Paris: junho de 1930.

CASTAGNA, Paulo Augusto. Santo do dia: um recurso antroponímico para a formulação de hipóteses referentes à data de nascimento de músicos em comunidades católicas. In: **XXX Congresso da Anppom**. 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, Paula Roberta; NADALIN, Sérgio Odilon. **Para o mundo e para a eternidade: Idade do batismo nas atas paroquiais**. Curitiba, séculos XVIII –XIX. Curitiba: UFPR, 2008.

CONSTITUIÇÕES do Arcebispado de Lisboa assi as antigas como as extravagantes primeyras & segundas; agora nouamente impressas por mandado do illustrissimo & reuerendissimo senhor dõ Migel de Castro Arcebispo de Lisboa. Lisboa: Belchior Rodrigues, 1588. 90 f., 8 f. não num.

CONSTITUIÇÕES PRIMEYRAS do Arcebispado da Bahia feytas, & ordenadas pelo illustrissimo, e reverendissimo senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, & do Conselho de Sua Magestade, propostas, e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1719. 11 f. não num., 618, 32, 187 p.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**. São Paulo: Editora Ave Maria LTDA, 1981.

HALL, Stuart. ¿**Quién necesita la identidad?** In: BUENFIL, R. N. (coord.) En los márgenes de la educación: México a finales de milenio. México: PyV, Sade, 2000.

LE GOFF, Jacques. **As mentalidades: uma história ambígua**. História: novos objetos, v. 3, 1976.

LEVI-STRAUSS, Claude. Universalização e Particularização. **O Pensamento**

Selvagem. São Paulo: Papirus, 2011.

LIBBY, Douglas C; ZEPHYR, Frank. **Naming practices in eighteenth- and nineteenth-century Brazil:** Names, Namesakes, and Families in the Parish of Sao José, Minas Gerais. In: Sage, Journal of family history, vol. 40, 2014.

LIMA, António Pedroso de. **Intencionalidade, afecto e distinção:** as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa. In. CABRAL, João de Pina & VIEGAS, Susana de Matos. (Org.). Nomes: gênero, etnicidade e família. Coimbra: Almedina, 2007.

MACEDO, de Francisco Rio-pardense. **A História de Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a História do Brasil.** Varia História, Belo Horizonte, n. 31, jan. 2004.

MELLO E SOUZA, Laura de. **O diabo na terra de Santa Cruz.** São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sérgio Odilon. **Um patrimônio étnico:** os pre-nomes de batismo. Topoi, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 12-21, jul.-dez. 2008

MONTEIRO, Antonio Sérgio Muggiati. **Laços invisíveis:** o papel da nomeação das crianças na formação de uma identidade cultural na Curitiba setecentista. UFPR, Curitiba, 2009. (Monografia de Conclusão de curso).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 12, n. 1), p. 45-58, 2008.

NADALIN, Sergio Odilon. Fontes para uma demografia do passado. In: **História e demografia:** elementos para um diálogo. Vol.1, Campinas/SP, ABEP, 2004. p. 25-68.

ONOMÁSTICO. **Priberam Dicionário Online.** Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/onom%C3%A1stico>. Acesso em: 14 de março de 2024.

PAROL, Núbia. **Marias e Josés:** práticas nominativas nos extremos da América portuguesa, Belém do Pará e Porto Alegre, XVIII e XIX. UFPR, Curitiba, 2015. (Monografia de conclusão de curso inédita).

PIANTON, Fr. Pietro Dott (dir.). **Enciclopedia ecclesiastica [...] compilata da una società di ecclesiastici sulle opere dei principali teologi, canonisti, storici, ec.** Venezia: Girolamo Tasso, 1854-1862. 7 v.

ROWLAND, Robert. **Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna:** ensaio de aproximação. Etnográfica, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 17-43, maio 2008.

SANTOS, Luciano dos. **As identidades Culturais:** proposições conceituais e teóricas. Revista Rascunhos Culturais, Coxim/MS. V2, N^o4. Julho, 2011.

SEMEÃO, Lucas de Almeida. **Visões sobre o batismo no Brasil colonial (Séculos XVI e XVII).** XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2020.

SCHNAPER, Dominique. Essai de lecture sociologique. In :DUPAQUIER, J. *et al.* **Le prénom, mode et histoire.** Les Entretiens de Malher 1980 (recueil de contributions), Paris, EHESS, 1984.

SILVA, Sidney Pereira da. **Os registros de batismo e as novas possibilidades historiográficas;** Revista Eletrônica história e-história. Campinas, Unicamp, 21 de jul. de 2008.

SOBRE A AUTORA

Núbia Parol é mestra em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Recebido em 17/01/2024

Aceito em 16/07/2024